

A imprensa como “instituição” política: análise de discursos e de sentidos sobre segurança pública provocados pelo Jornal Extra no Facebook ¹

BEDENDO, Ricardo²
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

O artigo faz uma análise dos discursos e dos reagrupamentos de sentidos provocados por duas capas do Jornal Extra relacionadas ao caso da morte do médico Jaime Gold, vítima de latrocínio, na região da Lagoa, no Rio de Janeiro, em maio desse ano. A análise explora as publicações realizadas na página oficial do jornal na rede social Facebook. Trabalha-se com a ideia de que o jornalismo é um campo potencial de relações de poder. As interpretações dos enunciados jornalísticos e dos contradiscursos dos leitores/internautas no contexto da segurança pública revelam interessantes vestígios da configuração do tecido social, com suas disputas e conflitos ideológicos. Sendo assim, a imprensa é situada como importante instância política e mediadora da vida social.

Palavras-chave

Jornalismo, Segurança Pública, discurso, poder, política

Introdução

O noticiário voltado à cobertura da área de segurança pública tem se mostrado rico em possibilidades de pesquisas com potenciais de provocarem o debate sobre uma diversidade de eixos que envolvem as relações entre a imprensa e a sociedade. São questões que vão de encontro às análises do fazer jornalístico, em meio aos espaços de comunicação fundamentados em bases que favorecem o alargamento e a reverberação dos discursos e, conseqüentemente, das produções de sentido, bem como das responsabilidades dos profissionais da informação.

Como pontua Fausto Neto (2009, p.21), estamos em um contexto de “novos contratos de leituras”. Estimulado pelos intensos processos de midiatização, em especial no que diz respeito aos ambientes das mídias e redes sociais³, “passa o jornalista a dividir com

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor do departamento de Técnicas Profissionais da Faculdade de Comunicação da UFJF; mestre em Ciências Sociais pela UFJF.

³ Nos pautamos na definição de Telles (2011, p.7) sobre mídias e redes sociais: “Várias pessoas confundem os termos Redes Sociais e Mídias Sociais, muitas vezes usando-as de forma indistinta. Elas não significam a mesma coisa. O primeiro é uma categoria do último. Sites de relacionamento ou redes sociais na Internet são ambientes que focam reunir pessoas, os chamados membros, que uma vez inscritos, podem expor seu perfil com dados como fotos pessoais, textos,

fontes e atores sociais, a natureza e a especificidade do seu processo produtivo” (FAUSTO NETO, 2009, p.21).

Para o Jornalismo de Segurança Pública, como vamos nomear as produções desse setor, essas reconstruções de paradigmas comunicacionais são ainda mais convidativas aos desafios de se manusear a informação com ênfase em aspectos que favoreçam narrativas capazes de provocar o debate social e de agendar políticas públicas. Nos referimos a um jornalismo preparado para ir além da reprodução das “batidas policiais”, se esforçando para evitar, entre outros aspectos, as armadilhas da reprodução de valores segregacionistas (PAIVA, 2002, p.39). Entendemos, portanto, que a expressão “Jornalismo de Segurança Pública” põe à prova as limitações do tradicional “Jornalismo Policial”, porque “carrega em sua composição semântica força maior de contextualização e de relação entre muitas áreas do conhecimento” (BEDENDO, 2013, p.25).

Essas questões são pontuadas nesse artigo por meio das análises de discursos de duas capas publicadas pelo Jornal Extra, em sua página oficial no Facebook, sobre o caso do médico Jaime Gold, vítima de latrocínio, na região da Lagoa, no Rio de Janeiro, em maio desse ano. Essas análises levam em consideração o que Mendonça (2010, p.115), baseado em Pêcheux (1997) destaca sobre a pesquisa com essa característica: “cabe efetuar análises de discurso que levem em conta o caráter sempre interacional do processo de 'efeito de sentidos entre interlocutores' (PÊCHEUX, 1997a)”. Sendo assim, o autor (2010, p.115) reforça a importância de não nos limitarmos apenas aos conteúdos veiculados, mas sobretudo para direcionarmos as nossas atenções “aos contextos de debate (não apenas de recepção) em que as mediações [...] possam ficar explícitas”.

Dessa forma, é nossa intenção trabalhar com uma análise de discursos compreendida essencialmente como uma “ciência dos vestígios”, ancorada em múltiplos olhares potencialmente favoráveis à visão de que “há um constante processo de produção de imaginários e de interpretações que transforma o jornalismo em um campo atravessado por combates e relações de poder” (MENDONÇA, 2010, p.126). Esses protocolos nos convidam a pensar “o processo comunicacional menos como transmissão de informação e mais como embate ideológico e efeitos de sentido” (MENDONÇA, 2001, p.13)

Por essa lógica, buscamos a apreensão dessa “relação dialética” entre emissor/receptor, atualmente repaginada pelos modelos de comunicação interativos. Como frisa Martino (2007, p.65), em reflexão que se aproxima da de Mendonça (2010), “as

mensagens e vídeos, além de interagir com outros membros, criando listas de amigos e comunidades”. Sendo assim, o Facebook é considerado essencialmente uma rede social.

relações sociais são permeadas de poderes e saberes reguladores de sua reprodução”. Por essa constatação, acreditamos ser estratégica a observação de que essas relações muitas vezes escondem traços de intersubjetividade que, necessariamente, devem ser perseguidos pelo pesquisador. Afinal, como reitera Martino (2007, p.92), “essas relações não se dão livremente, mas definidas por regras e por controles externos ao indivíduo [...]”.

Com base nesse arcabouço teórico inicial, nos sustentamos em duas hipóteses primárias para a avaliação do material divulgado pelo periódico, bem como suas interações constituídas nessa dinâmica: por um lado, as duas capas do jornal publicadas no Facebook demonstrariam um esforço dos jornalistas em contextualizarem a notícia para além do crime de latrocínio. O jornal tenta mostrar outros aspectos que estão inseridos naquela ocorrência, como a história de vida do jovem apontado em um primeiro momento como o suspeito. Sendo assim, o Extra se aproximaria do conceito de “jornalismo de segurança pública”, já que, com uma abordagem diferenciada, estaria promovendo o debate social sobre o tema da criminalidade, envolvendo a participação de menores de idade.

Por outro lado, os contradiscursos dos leitores/internautas caracterizariam a “ruína discursiva”, proposta por Mendonça (2010, p.130), que permite visualizarmos “os rastros, involuntariamente deixados, pelo embate entre revides contestadores e a uniformização discursiva intentada pelos jornalistas”. Portanto, os discursos dos receptores, também agora co-produtores da informação, são considerados elementos substanciais desse diagnóstico, notavelmente quando reproduzem valores culturais, às vezes estereotipados, inerentes ao espírito da sociedade dominante. À vista dessa associação, reforçamos que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1995, p.160). Em outras palavras, Vizeu (2003, p.110-111) nos ajuda a entender que “os profissionais (de jornalismo) não são simples reprodutores do real e senhores soberanos dos discursos, como reza toda uma tradição do fazer jornalístico.”

Nessa execução teórica, somos despertados por algumas inquietações e interrogações:

As duas capas do Jornal Extra podem ser consideradas um exemplo dessa transposição do “Jornalismo Policial” para o que chamamos de “Jornalismo de Segurança Pública?”; os discursos jornalísticos em questão, fomentados pelo teor e pelo clamor social da segurança pública, pautam as relações de poder e os embates políticos entre os atores envolvidos? Os contradiscursos evidenciam tais vínculos de poder ao expressarem opiniões

reveladoras de valores sociais dominantes? As mídias/redes sociais elevam o tom desses discursos e nos permitem encontrar mais intensamente os vestígios desses pensamentos hegemônicos? Em tais pensamentos encontramos os rótulos aos grupos portadores da “marca da 'comunidade negativa'” (PAIVA, 2003, p.5), ou seja, podemos perceber as impressões de preconceitos que criminalizam a pobreza?

Em nossas breves análises vamos buscar algumas respostas.

O Jornalismo de Segurança Pública pauta os discursos e as interlocuções entre imprensa e sociedade

A capa do jornal Extra, do dia 21 de maio de 2015 (imagem 1), provocou grande repercussão, especialmente nas redes sociais, como o Facebook. Inicialmente, vamos avaliar sob o ponto de vista da problematização conceitual acerca do que chamamos de Jornalismo de Segurança Pública: a combinação das manchetes, com os subtítulos, imagens e uma frase do secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Maria Beltrame, causou impacto, supomos, pelo fato de o periódico sinalizar para um caminho editorial mais tencionador do debate social.

Imagem 1: capa do Jornal Extra, dia 21 de maio de 2015



Em linhas gerais, o recorte feito pela publicação se aproxima das avaliações de Ramos e Paiva (2007, p.13) sobre o amadurecimento da cobertura na área nos anos de 1990. A partir desse período, os índices de violência e de criminalidade despertaram maior preocupação em algumas parcelas da sociedade, inclusive dos jornais, que buscaram qualificar o trabalho de apuração das notícias. “Pouco a pouco, as velhas práticas das reportagens de polícia, como a troca de favores com fontes policiais, estão sendo reduzidas; matérias sensacionalistas perdem espaço, enquanto assuntos relacionados à segurança pública e aos direitos humanos entram em pauta”.

Ao interligar as manchetes “Crime bárbaro na Lagoa choca o Rio” e “Só não se esqueçam de Gilson e Wanderson” com o subtítulo “Como em qualquer lugar do mundo, crimes em pontos turísticos têm maior repercussão. Mas, no Dendê, mães choram as mortes de seus filhos em ação da polícia e esperam que caso não caia no esquecimento”, o jornal claramente nos convoca a contemplar criticamente as muitas realidades da vida. Frisamos, ainda, que a segunda manchete apresenta fonte com um corpo maior, o que demonstra o intuito de chamar mais atenção para os outros possíveis lados da história.

Considerado “o jornal popular do Grupo Globo” (VIANA, 2013), o Extra, com esse tipo de direcionamento, parece se enquadrar no desafiador argumento de Amaral (2006, p.131) sobre essa categoria de jornalismo: “cabe ao jornalismo popular ser interessante ao público e não só responder ao que imagina que seja o desejo público; ser mais propositivo para estimular o leitor a exercer sua cidadania”. Por essa consciência, a autora ainda complementa que “um bom jornal destinado ao público popular deve considerar que seu leitor é também sujeito de um discurso sobre o que ocorre na sociedade, e porta características sociais e culturais específicas” (AMARAL, 2013, p.134).

O discurso do jornal, obviamente, fomentou os contradiscursos dos leitores/internautas no Facebook. No acompanhamento que fizemos, entre os dias 21 (data da publicação) e 9 de julho, registramos 13.565 curtidas, 9.040 compartilhamentos e 764 comentários na postagem relativa à capa⁴. Recolhemos uma amostra de 108 opiniões. Para ilustrarmos qualitativamente essa análise, vamos usar uma parte dessas declarações.⁵

É interessante perceber os entrechoques que evidenciam os valores culturais e as relações de poder inerentes à sociedade. Por um lado, verifica-se em uma parcela

⁴ Não levamos em consideração na mensuração quantitativa as respostas inseridas em cada um dos comentários.

⁵ Optamos metodologicamente por utilizar nomes fictícios para preservar as identidades dos que integram a referida amostra.

manifestações de apoio ao jornal; por outro, observa-se discursos furiosos e de indignação com a posição editorial do periódico.

Enquanto o leitor/internauta Cronos ressalta que “a violencia na Zona Sul não pode ser mais importante do que a que existe no morro. Mandou bem Extra.”, Apolo se contrapõe ao indagar: “Comparar a morte do médico com a do menor do Dendê? Que tinha postagem no face exaltando terceiro comando? Vão fazer manchete populista lá na.....”

Nessa mesma linha de diálogos de contrastes, Artemis aproveita a oportunidade para enfatizar a elasticidade do debate proposto pelo jornal, ao opinar também sobre a redução da maioria penal: “Parabéns pela capa, uma vida é uma vida independente de seus atos. A menina de 12 anos morta virou estatística e o rapaz ciclista virou vítima. Meus sinceros sentimentos a família de todas as vítimas que foram assassinadas por causa de um turbilhão de causas. #ReducaoNaoEASolucao”. Outro depoimento que contextualiza bem o esforço em ampliar a discussão é o de Ares: “Capa impecável que ajuda na problematização do debate sobre a segurança pública, tão superficial e leviano na maioria das vezes.”

Já na contramão dessa interpretação, Atena deixa transparecer outra face das “ruínas discursivas” ao afirmar: “Esse é o Extra. Sempre contra a polícia e a favor dos bandidos. Parece até que têm algum tipo de envolvimento.” Na mesma direção, as linhas abaixo escritas por Hera explicitam os vestígios das instabilidades discursivas, em especial, nesse caso, com o registro do rótulo das “comunidades negativas” (PAIVA, 2003): “Capa tendenciosa que só serve para mostrar o mimimi de morreu e ninguém quer saber porque era pobre. O médico era útil, esses aí do Dende faziam o que da vida? Me poupem!”. O depoimento de Hades é ainda mais incisivo nesse sentido:

Por que sempre quando morre alguém na favela e mais fácil culpar a Polícia? E quando a Polícia morre, será que eles mesmos se matam? Engraçado, esses jovens não podem ter morrido também através de tiro dos bandidos que eles idolatram em Facebook? Esse médico foi morto covardemente na mão de lixos imundos que dominam nosso estado! Deixem de ser sensacionalista, comparar A com B não é a mesma coisa!

Em meio a essas oposições, um pronunciamento que consideramos importante para demarcar valores socioculturais inseridos nos discursos foi o de Mezza:

Muita gente aqui criticando o jornal por que ele deu, INCRIVELMENTE, destaque ao TRATAMENTO DIFERENCIADO dado pelas autoridades ao caso do ciclista MÉDICO, BRANCO, DA ZONA SUL e ao dos jovens NEGROS, MORADORES DE FAVELAS DA ILHA. É impressionante como a indignação é SELETIVA. Quer dizer que vale o que disse o secretário de segurança? Não pode na bela Zona Sul, mas na favela sim? Quer dizer que a dor das famílias dos jovens ASSASSINADOS pela polícia civil é menor do que a da família do ciclista? Isso sim é INVERSÃO DE VALORES! Ou falta deles. Muita gente aqui escolheu a BARBÁRIE como modo de vida e não se deu conta disso. Triste é ver uma sociedade apoiando a POLÍTICA DE EXTERMÍNIO levada a cabo pelo governo do Rio nas favelas TODOS OS DIAS. Cadê a sua comoção diante das CENTENAS DE MORTES provocadas pela polícia nas favelas? Cadê sua indignação com o sangue favelado derramado todos os dias?

Portanto, as impressões desse primeiro momento de análise vão de encontro ao que Mendonça (2010, p.127) sublinha acerca do que ele denomina de “lugar hegemônico de conflito que o jornalismo se constitui tanto como administrador do fluxo de 'verdades' (espaço do saber) quanto como 'guardião' das vozes, sentidos e memória política (espaço de poder)”. O pesquisador nos lembra ainda que “esse efeito pode ser legitimado pelo acatamento das estratégias enunciativas constituídas no interior do discurso jornalístico e pela capacidade de agendamento inerente ao jornalismo” (MENDONÇA, 2010, p.127) .

O exame dos diálogos e dos significados motivados pelas capas do jornal também nos permite aqui situar que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, 2006, p.53). O argumento central de Pêcheux funda suas bases na ideia de que esses enunciados estão permanentemente oferecendo possibilidades de interpretação.

Essa é uma constatação valorosa, porque essa rede de interpretações nos provoca a dar sequência aos nossos diagnósticos sobre essas estratégias enunciativas. Sendo assim, nos reportamos à capa do Extra, do dia 22 de maio.

“Duas tragédias, antes da tragédia”

No dia seguinte, o Extra provocou novamente essas reflexões e embates ideológicos ao dar sequência ao assunto com uma capa que trouxe a seguinte manchete (imagem 2): “Duas tragédias antes da tragédia: sem família, sem escola”. Na sequência, a imagem do jovem apreendido pela polícia ajuda a formatar o contexto da proposição temática nos dois sentidos sobre os quais temos trabalhado nas nossas avaliações: se aproxima de um jornalismo efetivamente de Segurança Pública, ao expandir os sentidos do fato e suas consequentes interpretações e, paralelamente, outra vez recorre à rede social Facebook para

tentar, ao que nos parece, promover o que Paiva (2002, p.37) chama de “sentimento de espaço público por onde circulem as falas e as contradições [...]”. Essa é, na visão da pesquisadora, uma das missões fundamentais da imprensa.

Imagem 2: capa Jornal Extra, dia 22 de maio de 2015



Mesmo que inevitavelmente inserido nas regras mercadológicas, o periódico parece buscar, no nosso entendimento, um equilíbrio entre o interesse financeiro vinculado à audiência e as demandas sociais representadas pelo debate acerca da segurança pública. Assim, a crítica de Paiva (2002, p.38) se faz pontual para classificarmos a postura do Extra: “seria preciso que os jornais se lessem criticamente e fossem capazes de interpretar e não apenas de reproduzir as falas das fontes informativas, tentando ultrapassar a sua abordagem tradicional dos fatos.” As palavras de Mendonça (2002, p.28) convergem com essa linha de raciocínio e alargam nossa consciência: “Será que, ao optar por apontar apenas o que a

'força da natureza' é capaz de fazer, o repórter não estará se 'esquecendo' de mostrar do que o poder público não foi capaz?" Com essas referências, temos a sensação de que ambas as capas são propositivas para que o jornalismo avance em interpretações e em aberturas de espaços públicos mais democráticos.

A chamada para a matéria, logo abaixo da foto, é sugestiva para pensarmos nos contextos que estão relacionados ao caso:

A repórter Carolina Heringer reconstituiu a vida do menor suspeito de matar o médico Jaime Gold, na Lagoa. Com 16 anos, acumula 15 passagens pela polícia. A primeira quando tinha 11 anos. O pai, ele só viu duas vezes. A mãe, catadora de latas, foi indiciada por abandoná-lo com fome na rua. A outra barreira de proteção ao menor também falhou: ele desistiu dos estudos no 6 ano. E a recíproca foi verdadeira: a escola também desistiu dele. Na terça-feira, um inocente pagou com a vida pela sucessão de tragédias.

No Facebook, a publicação teve, até o dia 9 de julho de 2015, 18.865 curtidas , 16.442 compartilhamentos, e 3.812 comentários. Mais uma vez, os contradiscursos revelam vestígios de uma representação simbólica estratégica para compreendermos algumas das interfaces entre a sociedade, a imprensa e os ambientes pelos quais circulam e interagem homens e seus atos. As correlações entre as disputas de opiniões e de valores são, novamente, evidentes. O fluxo das conversações nos permite dialogar com Mendonça sobre o que ele classifica de “a inexistência de uma verdade única” frente aos discursos. O essencial é o exame do “jogo múltiplo de perspectivas que dependerão dos lugares sociais ocupados por diferentes sujeitos” (MENDONÇA, 2002, p.22).

Os exemplos recortados da nossa amostra de 102 comentários ilustram as ideologias presentes nos discursos. A postagem de Fauno vai de encontro a sentimentos como os de indignação, de descrédito, de intolerância com o sistema, de discordância com a postura reflexiva do Extra e até mesmo de justiça com as próprias mãos: “Ah ta ...coitado, não teve escola, não teve família...tirou brutalmente a vida de um médico pra roubar uma bicicleta ... vai voltar pra rua e continuar matando até que alguém de um fim nesse FDP”.

De maneira correspondente, Adeona questiona, inclusive, a linha editorial e o posicionamento político e ideológico do jornal mediante à redução da maioria penal: “Vergonha alheia dessa matéria. Bandido é bandido...Com certeza o jornal (ou algum patrocinador) é contra a redução da maioria penal, por isso esse discurso ridículo.” Ainda na linha crítica, Galeso também fala em vitimização do suspeito e contesta a capa com o relato de uma experiência própria, num entendimento de que o periódico estaria

tentando argumentar que a pobreza justificaria o crime: “Arrumando um jeito de vitimizar o cara?? Sério??? Quantas pessoas eu conheço que não estudaram, que não tiveram pais, e não seguiram o mesmo caminho??? Dou aula em comunidade desde 2008, os casos são variados, mas a "falta de educação" não leva ninguém a matar outra pessoa...” Outro exemplo das “ruínas discursivas” está nos escritos de Fídio que responsabiliza, inclusive, a imprensa pelo contexto da criminalidade. “Sem família, sem escola. Esqueceram de colocar que agora as filhas de quem ele matou estão SEM O PAI. A imprensa é culpada também por essa violência. Se tivesse matado um repórter, com certeza essa não seria a manchete.”

Bem semelhante é a fala de Lacínio: ”Nao estudou porque nao quis!!!! Tem nuita gente que mora em comunidade. Trabalham e estudam e nao sai atacando as pessoas com faca nas ruas..Tem que se responsabilizar pelo que fez.” Para dar ainda mais ênfase a essas interpretações, destacamos as declarações de Vesta: “Agora essa imprensa suja vai fazer esse moleque de vítima?! Por favor!! Está difícil conviver nessa sociedade.”

Em primeiro plano, a compreensão que temos diante dessas afirmativas é a de que os leitores/internautas não legitimam o interesse do jornal em buscar o que Rolim (2006, p.190) denomina de “referencial externo” dos acontecimentos noticiosos, ou seja, essas pessoas deixam a impressão de que, para elas, não haveria necessidade ou não seria justificativa mostrar as “condições que poderiam ser identificadas como precursoras da violência” (ROLIM, 2006, p.190). Sendo assim, o crime se configuraria mais facilmente nessa parcela da opinião pública como “a expressão da maldade dos indivíduos”, bem como um “fenômeno independente”, no qual “o autor é o portador dessa possibilidade malévola” (ROLIM, 2006, p.190). Por esse olhar reducionista, poderia se deduzir que “como essa figura não tem história, nem qualquer outro atributo que revele sua condição humana e sua personalidade contraditória, ela mesmo termina sendo reduzida e definida por aquela possibilidade perigosa e detestável” (ROLIM, 2006, p.190-191).

Diante desse “círculo das simplificações” (ROLIM, 2006, p.191), do qual os jornais têm o desafio de se afastarem, crescem as demandas repressivas e anunciam-se “as medidas necessárias para a proteção do público: mais repressão e rigor para as 'pessoas más'” (ROLIM, 2006, p.191).

Já no outro lado das “ruínas”, estão os discursos que elogiam a capa e, ao mesmo tempo, tentam “responder” ou “abrir os olhos” dos críticos. O depoimento de Artorius estampa bem esse ponto de vista:

O jornal não tenta transformar o mlk em vítima, ele apenas mostra o conjunto de fatores que levaram possivelmente a se transformar num cara marginal e essas historia de que " a isso não justifica ou conheço gente que passou por coisas assim e nem por isso é bandido" essas pessoas ainda não viram que somos DIFERENTES, reagimos as adversidades de maneiras opostas e realmente não justifica porém explica muita coisa ...

Em direção equivalente, aparece Jowita, que se identifica como jornalista e utiliza a expressão “coragem” para ressaltar a mudança de paradigma proposta pelo jornal:

Parabéns pela coragem. Eu como jornalista me emocionei com essa atitude. Não se preocupem com as críticas. As pessoas estão muito acostumadas com a superficialidade diária e não sabem lidar com a complexidade dos problemas. Já acham logo que você está defendendo A ou B. Vocês foram demais em mostrar a complexidade da segurança pública com histórias reais!!!

A palavra “coragem” novamente é realçada nas conversas. Dessa vez, é Naeivius quem faz uso do termo: “que coragem essa capa e essa matéria. O jornalismo não está tão morto quanto parece. O Jornal Extra mostra que é possível falar com o povo e ter um posicionamento crítico e sensato.” Outro exemplo de reconhecimento à investida do Extra em um jornalismo mais propositivo e interpretativo observamos nas declarações da cidadã Virginus, moradora do Rio de Janeiro: “A cobertura de vocês está sendo um respiro numa semana muito triste aqui no Rio. As pessoas precisam entender que uma tragédia não diminui a outra. Que continue assim.”

A reunião e o confronto dessas manifestações discursivas nos remetem, então, a algumas considerações finais.

Considerações finais

As análises discursivas, as buscas pelos vestígios da produção de sentidos jornalística, a compreensão dos significados sociais dos discursos da imprensa e dos contradiscursos dos leitores/internautas no Facebook são um convite à pesquisa. A percepção das relações de poder parte do pressuposto de que “em uma sociedade hierárquica e desigual, a apresentação de ideias está estruturalmente carregada de competição, como em todos os conflitos” (REINER, 2004, p.203).

Com intenções semelhantes, nos baseamos novamente em Reiner (2004, p.203) para pontuarmos que “em qualquer sociedade relativamente estável, a maioria das imagens apresentadas pela mídia de massa vão apoiar a ordem social vigente”. É óbvio que esse

argumento pode e deve ser desconstruído, principalmente no que tange ao Jornalismo de Segurança Pública. Identificamos um impulso do Jornal Extra nessa quebra de estereótipos no manuseio da informação o que, conseqüentemente, amplia as possibilidades dos debates, das disputas ideológicas e dos agendamentos das políticas públicas. Verificamos também como muitos dos contradiscursos realmente deixam vestígios das discrepâncias que podem existir nas garantias dos direitos entre os mais e os menos favorecidos socialmente.

Por esses caminhos, fica explícito “o mérito político dos atores capazes de provocar, na imprensa, reagrupamentos de sentido” (MENDONÇA, 2010, p.118). O veículo de comunicação reforça, então, o seu papel de “instituição política” (MENDONÇA, 2010, p.123) nos diversificados ambientes sociais pelos quais circula, em especial a partir do momento que orienta boa parte das relações entre as pessoas e das construções de valores culturais. Evidentemente que as redes sociais na internet devem ser entendidas como mais um importante e estratégico “espaço público” com potenciais jamais vistos de manifestações e de conflitos. Nele, esses embates, pautados pelo jornalismo, devem ser canalizados para a melhoria da qualidade das coberturas dos órgãos de imprensa, bem como das políticas que, essencialmente, têm a capacidade de alterar positivamente o cotidiano das comunidades.

Referências Bibliográficas

- . AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.
- . BEDENDO, Ricardo. **Segurança Pública e Jornalismo**: desafios conceituais e práticos no século XXI. Florianópolis: Insular, 2013.
- . FAUSTO NETO, Antônio. “Jornalismo: sensibilidade e complexidade”. *Revista Galáxia*, São Paulo, n.18, p. 17-30, 2009.
- . MARTINO, Luís Mauro Sá. **Estética da Comunicação**: da consciência comunicativa ao “eu” digital. Petrópolis: Vozes, 2007.
- . MENDONÇA, Kleber. **Discurso e mídia**: de tramas, imagens e sentidos – um estudo do Linha Direta. Dissertação apresentada ao Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, da Universidade Federal Fluminense, 2001.
- . MENDOÇA, Kleber. **A punição pela audiência**: um estudo do Linha Direta. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

- . MENDONÇA, Kleber. “Epistemologia, discurso e notícia: possíveis aproximações entre as análises de discursos e a pesquisa em jornalismo”. *Brazilian Journalism Research* – vol.6 – número I, p.114-131, 2010.
- . PAIVA, Raquel. **A publicização da ética no espaço midiático**. In: PAIVA, Raquel (org). **Ética, Cidadania e Imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- . PAIVA, Raquel. “Política de minorias: comunidade e cidadania”. *Estudos em Comunicação/Communication Studies*, Covilhã, v. 1, p. 1-7, 2003. Disponível em: . Acesso em: 22 nov. 2012.
- . PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- . PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi *et. al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- . RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: Iuperj, 2007.
- . REINER, Robert. **A Política da Polícia**. Tradução de Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- . ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- . TELLES, ANDRÉ. **A revolução das mídias sociais**: cases, conceitos, dicas e ferramentas. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda, 2011. Acesso em 15-12-2014, ao primeiro capítulo disponível em: <http://www.andretelles.net.br/downloads/a-revolucao-das-midias-sociais-andre-telles.pdf>.
- . VIANA, Victor. **O ‘Extra’ sabe o que é. Já ‘O Globo’...** Artigo publicado no Observatório da Imprensa, em 09-07-2013. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed754_o_extra_sabe_o_que_e_ja_o_globo/; acesso em 19-06-2015.
- . VIZEU, Alfredo. “A produção de sentidos no jornalismo: da teoria da enunciação à enunciação jornalística”. *Revista FAMECOS* • Porto Alegre • nº 22 • dezembro 2003.